



BARBOSA, RAIMUNDO, GONTIJO E CÂMARA ADVOGADOS

CONTRATO SOCIAL

Pelo presente instrumento particular, os abaixo-assinados:

1. **JÚLIO CESAR DA CUNHA BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado, portador da carteira de identidade expedida pela OAB/RJ sob o nº 97.190, e do CPF/MF sob o nº 012.337.837-00, residente e domiciliado na Capital do Estado do Rio de Janeiro, na Rua Conrado Niemeyer, nº 14, apartamento 403;
2. **PEDRO HENRIQUE FONSECA RAIMUNDO**, brasileiro, solteiro, advogado, portador da carteira de identidade expedida pela OAB/RJ sob o nº 147.067, e do CPF/MF sob o nº 052.708.897-81, residente e domiciliado na Capital do Estado do Rio de Janeiro, na Rua Nascimento Silva, nº 523, apartamento 101;
3. **RENATA DE PAOLI GONTIJO**, brasileira, casada, advogada, portadora da carteira de identidade expedida pela OAB/RJ sob o nº 93.448, e do CPF/MF sob o nº 023.693.667-02, residente e domiciliado na Capital do Estado do Rio de Janeiro, na Rua Professor Gastão Bahiana, nº 575, bloco 2, apto. 102, Lagoa; e
4. **RODRIGO CÂMARA DO VALE**, brasileiro, casado, advogado, portador da carteira de identidade expedida pela OAB/RJ sob o nº 103.478, e do CPF/MF sob o nº 076.498.917-04, residente e domiciliado na Capital do Estado do Rio de Janeiro, na Rua Desembargador Renato Tavares, nº 14, apartamento 402;
5. **ANA PAULA DEPPE LEME**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro sob o nº 149.900, inscrita no CPF/MF sob o nº 105.916.717-43, residente e domiciliada na Capital do Estado do Rio de Janeiro, na Rua Barão da Torre, 281, apartamento 201, Ipanema; e
6. **MARIANA MARIA DE OLIVEIRA MOUTINHO**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro sob o nº 158.902, expedida pela OAB/RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº 111.146.837-01, residente e domiciliada na Capital do Estado do Rio de Janeiro, na Av. Sernambetiba, 3.360, bloco 09, apartamento 903, Barra da Tijuca;

tem entre si justo e acordado constituir a Barbosa, Raimundo, Gontijo e Câmara Advogados, uma sociedade de advogados que se regerá pelas disposições da Lei nº 8906, de 04 de julho de 1994 e pelo Contrato Social abaixo (a "Sociedade");

"CONTRATO SOCIAL DE BARBOSA, RAIMUNDO, GONTIJO E CÂMARA ADVOGADOS

1. Sob a denominação de Barbosa, Raimundo, Gontijo e Câmara Advogados, fica constituída uma sociedade de advogados, nos termos da Lei nº 8906, de 04 de julho de 1994, que se regerá pelas cláusulas deste contrato e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.



§ Único - Em caso de incapacidade ou falecimento de qualquer dos sócios cujos nomes integrem a denominação da Sociedade, é facultada à Sociedade a manutenção de sua razão social a título gratuito e sem qualquer ônus para a Sociedade ou para qualquer dos sócios, independentemente de autorização de seus representantes legais ou sucessores.

2. A Sociedade tem por objeto a administração e disciplina do expediente, das despesas e dos resultados patrimoniais auferidos pelos sócios na prestação de serviços de advocacia, bem como a prestação de serviços que envolvam atos de advocacia não privativos de advogado.

§1º - As atividades profissionais de advocacia serão sempre exercidas por advogados devidamente habilitados, que por elas se responsabilizam na conformidade do disposto no parágrafo primeiro da cláusula 4ª, revertendo em favor do patrimônio social os honorários decorrentes da prestação desses serviços.

§2º - É defeso à Sociedade a prática de quaisquer atos de advocacia que sejam privativos de advogado.

3. A Sociedade tem sede e foro na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Visconde de Pirajá, nº 572, sala 301 (parte), CEP 22410-002, podendo, no entanto, por deliberação de sócios representando a unanimidade do capital social, abrir ou fechar escritórios e manter correspondentes em quaisquer outras localidades, do País ou do Exterior, bem como associar-se a pessoas qualificadas profissionalmente ou à sociedades do mesmo ramo, domiciliadas ou sediadas em outros Estados da Federação ou do Exterior.

4. O capital social, a ser integralizado em 24 meses, é de R\$2.420,00 (dois mil, quatrocentos e vinte reais), dividido em 20.000 (vinte mil) quotas da Classe A e em 4.200 (quatro mil e duzentas) quotas da Classe B, de R\$0,10 (dez centavos de real) cada uma, distribuídas entre os sócios da seguinte forma:

<u>QUOTAS CLASSE A</u>	<u>QUOTAS</u>	<u>VALOR EM R\$</u>
Júlio Cesar da Cunha Barbosa	5.000	R\$500,00
Pedro Henrique Fonseca Raimundo	5.000	R\$500,00
Renata de Paoli Gontijo	5.000	R\$500,00
Rodrigo Câmara do Vale	5.000	R\$500,00
<u>QUOTAS CLASSE B</u>	<u>QUOTAS</u>	<u>VALOR EM R\$</u>
Júlio Cesar da Cunha Barbosa	1.000	R\$100,00
Pedro Henrique Fonseca Raimundo	1.000	R\$100,00
Renata de Paoli Gontijo	1.000	R\$100,00
Rodrigo Câmara do Vale	1.000	R\$100,00
Ana Paula Deppe Leme	100	R\$10,00
Mariana Maria de Oliveira Moutinho	100	R\$10,00



§1º - No exercício da advocacia com o uso da razão social, os sócios respondem subsidiária e ilimitadamente pelos danos causados aos clientes, por ação ou omissão, sem prejuízo da responsabilização disciplinar do causador do dano.

§2º - Os responsáveis por atos ou omissões que causem prejuízos à sociedade e/ou a terceiros deverão ressarcir as perdas sofridas pelos demais sócios, de forma integral.

5. O prazo de duração da Sociedade é indeterminado.

6. A Sociedade será administrada (i) pelos sócios detentores das Quotas Classe A, sempre em conjunto de dois, (ii) por um procurador sempre em conjunto com um sócio detentor das Quotas Classe A ou (iii) por dois procuradores em conjunto, tendo todos direitos ao uso da denominação social exclusivamente para os fins sociais, nos termos do presente Contrato Social.

7. Caberá aos sócios referidos na cláusula anterior ou aos procuradores por eles constituídos em nome da Sociedade, a prática dos atos necessários ou convenientes à administração da mesma, para tanto dispondo eles, entre outros poderes, dos necessários para: (a) a representação da Sociedade em Juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante terceiros e quaisquer repartições públicas federais, estaduais e municipais, e (b) a administração, orientação e direção dos negócios sociais.

8. Os procuradores da Sociedade serão constituídos por instrumento assinado, por pelos menos dois dos sócios detentores de Quotas Classe A e, além de mencionarem expressamente os poderes conferidos, deverão, com exceção daquelas para fins judiciais, conter prazo de validade não superior a 1 (um) ano.

9. São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Sociedade, os atos de qualquer dos sócios, procuradores ou funcionários que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhos ao objeto social, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros.

§ Único - É vedado o uso da razão social para a prática de atos estranhos ao objeto social.

10. Os sócios devem se abster da prestação de fianças, avais ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros.

11. As deliberações sociais serão tomadas por sócios representando a maioria do capital social, cabendo a cada quota o direito a um voto, se diferentemente não estiver disposto neste Contrato Social, em regulamento da Sociedade ou em acordo de sócios e respeitado o previsto no Parágrafo Primeiro abaixo.

§1º - A aprovação das matérias a seguir relacionadas dependerão da prévia e expressa anuência da totalidade dos sócios detentores das Quotas Classe A:

- (a) ingresso de novos sócios, observado o disposto na Cláusula 17 abaixo;
- (b) exclusão de sócios;



- (c) contratação de advogados, estagiários e funcionários;
- (d) modificação do contrato social da Sociedade;
- (e) destinação dos lucros, distribuição dos dividendos da Sociedade e remuneração dos Sócios, advogados, estagiários e funcionários, observada a Cláusula 12 abaixo;
- (f) aprovação das contas da Sociedade, inclusive o seu orçamento e balanço anual;
- (g) aumento ou redução de capital da Sociedade;
- (h) aquisição, alienação, transferência ou cessão, a qualquer título, de qualquer bem tangível ou intangível de propriedade da Sociedade, em valor superior ou igual a R\$5.000,00 (cinco mil reais);
- (i) prestação, pela Sociedade, de fiança, aval ou outra garantia pessoal ou real em favor dos Sócios ou de terceiros;
- (j) realização de qualquer negócio entre a Sociedade, de um lado, e, de outro lado, qualquer um dos Sócios;
- (k) operações de cisão, incorporação, fusão ou transformação envolvendo a Sociedade;
- (l) constituição de qualquer parceria com outras sociedades;
- (m) modificação da estrutura organizacional da Sociedade, notadamente no que toca à atribuição de cargos e competências;
- (n) celebração de quaisquer contratos ou compromissos fora do curso normal dos negócios e operações da Sociedade;
- (o) fixação e/ou modificação da remuneração dos advogados ou empregados ou do plano de benefícios da Sociedade, bem como qualquer alteração da política de recursos humanos vigente;
- (p) alterações na metodologia de contabilidade financeira ou na metodologia de contabilidade relativa a quaisquer tributos ou, ainda, nos princípios ou práticas que afetem de modo relevante a divulgação do ativo, passivo ou resultados operacionais consolidados da Sociedade, ressalvado na medida em que for exigido por mudança de lei;
- (q) tomada de empréstimos ou financiamentos por parte da Sociedade, bem como a realização de quaisquer outras operações que resultem em criação de endividamento para a Sociedade; e
- (r) liquidação ou dissolução da Sociedade.

§2º - Na hipótese da deliberação resultar na alteração do Contrato Social o respectivo instrumento deverá ser assinado por sócios que representem o quórum acima referido.



§3º - Assiste ao sócio que divergir da alteração do Contrato Social, a faculdade de se retirar da Sociedade mediante o recebimento do valor referido na Cláusula 14ª na forma e condição nele previstas.

§4º - As reuniões dos sócios serão convocadas com, pelo menos, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência por qualquer dos sócios detentores de Quotas Classe A.

§5º - A convocação será dispensada desde que todos os sócios, pessoalmente ou através de mandato conferido a outro sócio, compareçam à reunião ou se manifestem sobre a matéria objeto da deliberação, devendo tal manifestação se dar até o término da reunião em que o assunto for apreciado.

§6º - A reunião dos sócios instala-se somente com a presença de todos os sócios detentores de Quotas Classe A ou, na falta de qualquer um dos sócios detentores de Quotas Classe A, mediante autorização expressa do respectivo sócio impedido de comparecer.

§7º - A ata dos trabalhos e resoluções da reunião dos sócios será lavrada em livro próprio e será assinada pelos sócios presentes.

12. O exercício social corresponde ao ano civil. Ao término de cada exercício e correspondente ao mesmo, será levantado um balanço geral e elaborada uma demonstração da conta de lucros e perdas. Os lucros líquidos anualmente serão distribuídos entre os sócios proporcionalmente às contribuições de cada um para o resultado, conforme deliberação dos sócios detentores de Quotas Classe A.

§1º - A remuneração mensal a título de pró-labore está assegurada aos sócios, em valores a serem definidos anualmente.

§2º - A Sociedade poderá levantar demonstrações financeiras em qualquer ocasião e distribuir aos sócios os lucros apurados, na forma do *caput* desta cláusula 12ª.

13. O falecimento, a ausência, a exclusão, a insolvência, a retirada ou a incapacidade de qualquer dos sócios não dissolverá a Sociedade, que prosseguirá com os remanescentes, a menos que estes, de comum acordo, resolvam liquidá-la.

14. O sócio que, a qualquer título, desejar se retirar da Sociedade deverá notificar, por escrito, os demais, com antecedência mínima de dois (2) meses.

§1º - Os haveres do sócio detentor de Quotas Classe A serão determinados, na proporção do capital social detido pelo sócio retirante, e terão como base o valor patrimonial contábil da Sociedade, devidamente apurado em balanço especial, levantado no último dia útil do mês anterior à data do recebimento pela Sociedade da notificação mencionada no "caput" desta Cláusula, devidamente descontados dos prejuízos sofridos pela Sociedade em consequência dos atos do sócio retirante.

§2º - Os haveres do sócio detentor de Quotas Classe B serão determinados, na proporção do capital social detido pelo sócio retirante, e terão como base o valor nominal das quotas detidas por tal sócio na Sociedade, devidamente descontados dos prejuízos sofridos pela Sociedade em consequência dos atos do sócio retirante.



§3º - Os haveres do sócio retirante, seja ele detentor de Quotas Classe A ou B, lhe serão pagos em 06 (seis) parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira no último dia útil do mês seguinte ao vencimento do prazo de 2 (dois) meses referidos no “caput”.

15. Os haveres do sócio detentor de Quotas Classe A morto, ausente, insolvente ou incapaz serão apurados, na proporção do capital social detido por tal sócio, e terão como base o valor patrimonial contábil da Sociedade, devidamente apurado em balanço especial, levantado no mês anterior ao óbito, a declaração de ausência ou de insolvência ou de incapacidade de qualquer dos sócios, conforme o caso.

§ 1º - Os haveres do sócio detentor de Quotas Classe B morto, ausente, insolvente ou incapaz serão apurados, na proporção do capital social detido por tal sócio, e terão como base o valor nominal das quotas detidas pelo respectivo sócio na Sociedade.

§ 2º - Os haveres do sócio morto, ausente, insolvente ou incapaz, seja ele detentor de Quotas Classe A ou B, serão pagos em 06 (seis) parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira no último dia útil do mês seguinte àquele em que a Sociedade tomar conhecimento de qualquer um dos eventos acima mencionados e as demais no último dia útil dos meses subseqüentes.

16. Observadas as formalidades previstas neste Contrato Social, é lícito aos sócios que representem 100% das Quotas Classe A excluir da Sociedade, por motivo grave, qualquer dos demais sócios, mediante simples alteração contratual.

§1º - Os sócios, neste ato, declaram que entendem configurar-se razão autorizadora da sua exclusão da Sociedade, incluindo, mas não se limitando, a (i) condenação em processo criminal; (ii) perda do direito ao exercício da advocacia; (iii) propositura por qualquer sócio de demanda judicial em face da Sociedade ou de qualquer outro sócio; (iv) a prática individual da advocacia, sem a prévia anuência dos demais sócios; (v) prática de atos desleais à Sociedade; ou (vi) o desempenho profissional deficitário, insuficiente ou insatisfatório.

§2º - A fim de dirimir eventuais dúvidas os sócios declaram que a relação de motivos graves autorizadora da exclusão de qualquer um deles da Sociedade mencionado no Parágrafo Primeiro supra é meramente exemplificativa.

§3º - Os haveres do sócio excluído serão determinados, na proporção detida pelo sócio excluído no capital social, e terão como base o valor nominal das quotas detidas na Sociedade pelo sócio excluído, devidamente descontados dos prejuízos sofridos pela Sociedade em consequência dos atos que levaram a exclusão do sócio.

§4º - Os haveres do sócio excluído serão pagos em 06 (seis) parcelas iguais, mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira 60 (sessenta) dias após o ato que deliberar sua exclusão e as demais nos mesmos dias dos meses subseqüentes.

17. Nenhum dos Sócios poderá vender, permutar, doar, conferir ao capital, mutuar, ou por qualquer outra forma ceder, alienar ou transferir, a qualquer título, de forma direta ou indireta, no todo ou em parte, ou, ainda, prometer praticar quaisquer um dos referidos atos, dar em penhor, caução, alienação fiduciária ou qualquer outra forma de garantia ou usufruto, em relação a quaisquer das quotas de sua titularidade ou o direito de preferência na subscrição de novas quotas ou ainda quaisquer outros direitos inerentes a tais quotas aos demais quotistas ou a terceiros, sem o consentimento unânime dos sócios detentores de Quotas Classe A, por escrito.



§1º - As quotas da Sociedade não poderão ser vendidas, cedidas, transferidas ou de qualquer outra maneira, direta ou indiretamente, alienadas ou prometidas alienar, sem que previamente seja dada preferência, em igualdade de condições a todos os sócios detentores de Quotas Classe A.

§2º - Caso seja autorizada a oneração de quotas, em nenhuma circunstância o ônus poderá conter qualquer restrição ao direito de voto ou contrariar o disposto neste Contrato Social. Se o instrumento de constituição de garantia ou usufruto contiver previsão de venda extrajudicial das quotas, deverá também assegurar aos sócios detentores de Quotas Classe A direito de preferência, além das demais condições contidas neste Contrato Social.

18. Em caso de liquidação da Sociedade, o liquidante será indicado por sócios, representando a maioria do capital social. Nessa hipótese, o patrimônio da Sociedade será empregado no pagamento dos encargos sociais, repartindo-se pelos sócios, na proporção por eles estabelecida na época de comum acordo, o saldo porventura existente.

19. Com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser e independentemente do domicílio das partes, fica eleito o Foro da Capital do Estado do Rio de Janeiro como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

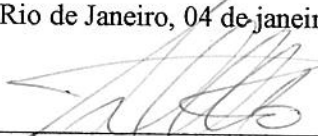
DISPOSIÇÕES FINAIS: Os sócios **Júlio Cesar da Cunha Barbosa, Pedro Henrique Fonseca Raimundo, Renata de Paoli Gontijo, Rodrigo Câmara do Vale, Ana Paula Deppe Leme e Mariana Maria Moutinho de Oliveira** declaram que não exercem cargo público, que não participam de nenhuma outra Sociedade de Advogados no Estado do Rio de Janeiro, que não estão em nenhuma das situações previstas nos artigos 27 a 30 e parágrafo único da Lei 8.906, de 04.07.94, que define as incompatibilidades e impedimentos, bem como não estão incurso em nenhum dos crimes previstos em lei, que os impeçam de participar de Sociedades, cientes de que, em caso de comprovação de sua falsidade, será nulo de pleno direito perante a Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, o presente ato, sem prejuízo das sanções penais a que estiverem sujeitos."



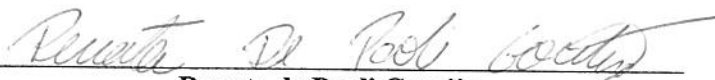
(folha de assinaturas do instrumento particular de contrato social de Barbosa, Raimundo, Gontijo e Câmara Advogados datado de 04 de janeiro de 2011)

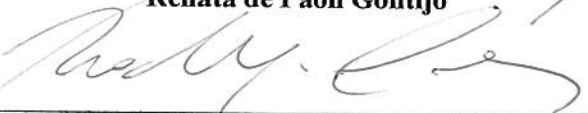
E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 4 (quatro) vias de igual teor, para o mesmo efeito, com as duas testemunhas abaixo, a tudo presentes.

Rio de Janeiro, 04 de janeiro de 2011.


Júlio César da Cunha Barbosa


Pedro Henrique Fonseca Raimundo


Renata de Paoli Gontijo


Rodrigo Câmara do Vale


Ana Paula Deppe Leme


Mariana Maria de Oliveira Moutinho

Testemunhas:

1. 

Nome: FERNANDO JOSÉ M. NÓB
RG nº: 0130313256
CPF/MF nº: 628.786.427-87
End.: RUA OLIVEIRA 89/604
BO PACADIA

2. 

Nome: OTÁVIO CAMACHO DO VALE
RG nº: 18.811-2-GRUÁ-RJ
CPF/MF nº: 238.048.187-91
End.: RUA ISMONDE DE MOURA 419/201
PACADIA

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - Seção do Estado do Rio de Janeiro

Certifico que o presente contrato encontra-se registrado nesta Seção,
desde doze de janeiro de dois mil e onze-----
sob o nro. RS. 000.221/2011.-----

Rio de Janeiro, doze de janeiro de dois mil e
doze-----



Ecilda Nascimento
Oficial do Registro